

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.161 - MG (2019/0273248-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : RIO BRANCO ALIMENTOS S/A
ADVOGADO : LUIZ EDUARDO ANDRADE MESTIERI - MG083190N
AGRAVADO : JUAREZ PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO : JULIANO PROBST SENA - MG112381N
INTERES. : FRICARDE S/A INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. CERCEAMENTO DE DEFESA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Rio Branco Alimentos S.A. contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição da República, que desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ, fl. 201):

APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZAÇÃO - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO - DILAÇÃO PROBATÓRIA - CERCEAMENTO DE DEFESA - CONFIGURAÇÃO. Na hipótese da matéria fática não ter sido esmiuçada à exaustão, e, especialmente perante o pedido da parte de produzir provas testemunhais e documentais, é essencial que lhe seja deferido o pedido em atenção à força constitucional dos princípios do contraditório e da ampla defesa, sob pena de cerceamento de defesa.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 224-228).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 231-263), a recorrente apontou a violação dos arts. 141, 332, 492 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 202 e 206 do Código Civil de 2002.

Sustentou, em síntese, ausência de prestação jurisdicional, julgamento *extra petita*, ocorrência de prescrição trienal e inexistência de interrupção do lapso prescricional.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls.271-280).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial em virtude da ausência de prequestionamento e falta de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido, incidindo as Súmulas 282 e 283 do STF (e-STJ, fls. 308-310).

Brevemente relatado, decido.

Preliminarmente, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

Dessa maneira, cabe registrar que a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. INVIABILIDADE. IMPOSIÇÃO DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1022 do CPC.

2. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.

3. Os segundos Embargos Declaratórios opostos com o intuito de modificar o julgado, inovando com argumentos preclusos, revela nítido caráter procrastinatório, pelo que é admissível a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC.

4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 822.269/SP, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 8/11/2016, DJe 17/11/2016).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - APELAÇÃO CONSIDERADA DESERTA - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE REJEITOU ANTERIORES ACLARATÓRIOS COM APLICAÇÃO DE MULTA, MANTENDO A NEGATIVA DE PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL FACE A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, A FIM DE ANULAR OS ACÓRDÃOS PROFERIDOS NA ORIGEM, COM A DETERMINAÇÃO DO

RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL A QUO PARA QUE PROCEDA À ANÁLISE DO MÉRITO DA APELAÇÃO COMO ENTENDER POR DIREITO, POR TER A PARTE RECORRENTE, UMA VEZ INTIMADA PARA COMPLEMENTAR O RECURSO ATENDIDO À DETERMINAÇÃO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver no julgado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1022 do NCPC).

2. Os aclaratórios, em regra, não permitem rejugamento da causa, sendo que a atribuição de efeito modificativo somente é possível em hipóteses excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado, que não se encontram presentes na presente hipótese.

3. Restou delineado que o recolhimento insuficiente do preparo do recurso de apelação não enseja a deserção se a parte recorrente, intimada para que o complemente, atende à intimação e recolhe a totalidade do valor, ou demonstra que tal já foi realizado no momento oportuno, o que expressamente ocorreu no caso conforme mencionado pelo magistrado a quo, "na medida em que veio aos autos comprovar que já havia efetuado o recolhimento não só das custas referentes ao porte de remessa, mas também do porte de retorno e das custas recursais, de forma a comprovar o integral preparo realizado na data da interposição do apelo". Inteligência do artigo 511, § 2º, do CPC/73. Precedentes.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 803.611/PR, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/9/2016, DJe 24/10/2016).

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação, consignou o seguinte (e-STJ, fl. 178):

Trata-se de ação de indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes c/c com exibição de documentos c/c anulação de negócio jurídico. Foi extinto o feito com resolução de mérito, através do julgamento liminar da lide.

Argumenta a parte autora, ora apelante, ter havido cerceamento de defesa, motivo pelo qual passo a analisar a questão como preliminar.

Após detida análise das questões de fato e de direito, bem como dos documentos acostados aos autos, verifico que assiste razão à apelante.

Com efeito, é alta a possibilidade de o julgador incorrer em cerceamento de defesa das partes, violando o contraditório e a ampla defesa, corolários do devido processo legal - princípios de relevância constitucional, assim dispostos no art 5º, LIV e LV, da Constituição Federal. Não pode o aplicador do direito se precipitar ao lançar mão de instrumento processual que restringe tão caras garantias processuais. Sua aplicação deve ser excepcional.

(...)

Ademais, o autor frisou tanto em sede de inicial quanto de apelação que considera imprescindível a produção da prova testemunhal para comprovar matéria fática, que considera essencial justamente para formar convencimento contrário ao que o juiz se baseou em sua decisão.

Reitero que a parte requereu a produção de prova testemunhal, e que este pedido não foi analisado pelo MM. Juiz. Requereu ainda a produção de provas por outros meios, como se vê pelo pedido de exibição de documentos em posse da ré, também não analisado na sentença.

Sem dúvida, há muita matéria fática a ser aclarada pelas partes, e que têm o potencial de alterar o entendimento do MM. Juiz, afigurando-se manifestamente o cerceamento de defesa, e, consequentemente, a urgente necessidade de reforma da sentença.

É evidente o prejuízo da parte em razão do julgamento antecipado da lide, tendo demonstrado a incontestada necessidade da produção das provas testemunhais e documentais que requereu.

Verifica-se que a recorrente não se desincumbiu de demonstrar as razões pelas quais considera violadas as normas legais apontadas e tampouco impugnou os fundamentos do acórdão recorrido – cerceamento de defesa e necessidade de produção de prova –, incidindo, por analogia, os enunciados das Súmulas n. 283 e 284 do STF, que dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"; e "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator